

Usina São Francisco S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de março de 2026**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	13
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração da Usina São Francisco S.A. (“Companhia”), submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras que compreendem o balanço patrimonial e as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Usina São Francisco S.A., relativos ao exercício findo em 31 de março de 2026, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

Contexto Macroeconômico

O exercício findo em 31 de março de 2026 foi caracterizado por um período de baixo crescimento do PIB, alta volatilidade cambial e inflação persistente. Durante o exercício encerrado em 2026, a taxa básica de juros foi mantida em nível elevado, e houve aumento das incertezas em relação a perspectivas econômicas, especialmente devido às mudanças na política comercial do governo norte americano, a manutenção da guerra entre Rússia e Ucrânia e o conflito no oriente médio entre os Estados Unidos, Israel e Irã, que afetaram significante os preços do Petróleo no mercado Mundial.

Reforma tributária

Aprovada no ano de 2023, através da Emenda Constitucional nº 132/2023, a reforma tributária busca trazer simplificação do sistema tributário do país, com a instituição do IVA Dual, composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) de competência Estadual e Municipal e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) de competência Federal. O IVA Dual substituirá os atuais tributos ISS, ICMS, IPI, PIS e COFINS. Outro tributo que passará a ser cobrado é o Imposto Seletivo (IS) de competência Federal. Mas até a total aplicação da reforma, um longo caminho se dará: o chamado período de transição, cujos efeitos se darão até o ano de 2033, período em que coexistirão as duas formas de tributação.

No mês de janeiro de 2026, foi publicada a Lei Complementar nº 227/2026, que dispôs principalmente sobre a criação do Comitê Gestor do IBS, formado por representantes dos Estados e dos Municípios, o qual será responsável por coordenar a arrecadação, fiscalização, cobrança, distribuição de receitas e uniformização da legislação pertinente ao IBSD.

Importante salientar que estas alterações relativas a reforma tributária não tiveram qualquer impacto nas demonstrações financeiras findas em 31 de março de 2026.

Por meio de seu comitê tributário (interno) e de seus assessores jurídicos, a Companhia vem monitorando as publicações legais e regulamentares relacionadas à Reforma Tributária no sentido de avaliar os impactos desta ao longo da Safra 2026/27.

Contexto da Companhia

Todo o setor sucroenergético tem sido afetado, nos últimos anos, por impactos climáticos, aumento no preço dos insumos agrícolas e industriais, além de fatores geopolíticos.

Neste exercício, tivemos uma redução de 16,5% na moagem de cana-de-açúcar e consequentemente redução de 21,6% na produção industrial, em relação ao exercício anterior. Os efeitos climáticos adversos de 2024, que incluíram deficiência hídrica de 400 a 500 milímetros nas regiões canavieiras e incêndios que atingiram 665 mil hectares de cana, reduziram a produtividade agrícola. Os canaviais da Companhia foram severamente afetados pelos incêndios ocorridos no mês de agosto de 2024 no Estado de São Paulo, ocasionado reflexos negativos na produtividade, o que demandou investimentos adicionais substanciais na recuperação do canavial

No ano-safra 2025/26 (abril/2025 a março/2026), o mercado sucroenergético brasileiro e global atravessou uma inflexão de ciclo marcada pela transição de déficit para superávit. O balanço global de açúcar reverteu de um déficit de aproximadamente 4,2 milhões de toneladas em 2025/26 para um excedente projetado em cerca de 2,6 milhões de toneladas em 2025/26, refletindo a expectativa de aumento na oferta dos principais países produtores.

Em função desta dinâmica, os preços do açúcar sofreram uma significativa redução, que combinada com a valorização da taxa de câmbio doméstica, geraram impacto relevante na receita. O mercado de etanol doméstico apresentou preços moderadamente superiores ao exercício anterior em função de uma oferta mais restrita, mas o aumento foi insuficiente para sustentar as receitas em função da redução na produção.

Em relação a comercialização de produtos orgânicos, especialmente de açúcar orgânico, a safra encerrada foi influenciada pelas mudanças nas políticas tarifárias norte americanas, que combinada com a menor produção, trouxe impacto relevante nas receitas. Estes impactos foram parcialmente compensados pelo aumento na receita de etanol orgânico e outros produtos orgânicos, mostrando um resultado das operações consistente ao exercício anterior, gerando valor para os acionistas da Usina São Francisco S.A.

Em relação aos outros negócios, a estratégia de diversificação e agregação de valor contribuiu para o resultado apresentado. A Native, segmento de produtos orgânicos da Usina São Francisco, continuou sua trajetória de crescimento e a expansão de sua linha de produtos solidificando-se como a marca de referência no mercado de produtos orgânicos no Brasil. Tanto no mercado interno quanto externo, se manteve consistente em relação ao exercício anterior. Apesar do ambiente econômico desafiador, podemos destacar a produção e comercialização de etanol orgânico neutro e energia elétrica, que contribuíram para o resultado da estratégia de diversificação.

Continuamos ainda com os projetos de desenvolvimento imobiliário, e em relação aos Projetos Jardim Veneto e Vila Sicília, ambos no Município de Sertãozinho-SP, já foram comercializados mais de 98% dos lotes existentes e em relação ao empreendimento Vila Messina, no Município de Cruz das Posses-SP, teve em março de 2026 o seu Termo de Verificação de Obras – TVO emitido pela Prefeitura Municipal aprovando o referido empreendimento e até esta data foram comercializados mais de 55% dos lotes existentes. Estamos ainda avaliando outras oportunidades e estudos de novos projetos na região.

Durante a safra 25/26, mantivemos a comercialização dos certificados de descarbonização (Cbios), através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, mantendo o compromisso às certificações do programa.

Em relação a política de distribuição de dividendos e investimentos da Companhia e suas coligadas, todas as decisões são deliberadas em assembleias de acionistas após apresentação dos planos de investimentos e posição patrimonial e financeira.

Nosso histórico de cumprimento de acordos e nossa transparência nas relações, aliados à forte gestão da carteira, com contínuo monitoramento financeiro, tem possibilitado a Usina São Francisco S.A. acessar linhas de crédito junto as maiores instituições financeiras do país, as quais vêm mantendo posições e operações importantes e de longo prazo, com taxas de juros competitivos em relação às praticadas no mercado. Na safra encerrada março de 2026, a companhia manteve sua estratégia de alongamento de seu passivo e reforço de caixa.

Enfim, é com este espírito de buscar continuamente melhorias e com uma visão de longo prazo, que superamos os vários desafios encontrados na safra 25/26 e acreditamos estar melhor preparados para enfrentar as futuras safras mesmo no atual contexto econômico, climático, mercadológico e geopolítico.

Aproveitamos para agradecer aos fornecedores pela confiança; aos clientes pela preferência; aos colaboradores pelo empenho, dedicação e talento; e às instituições financeiras e aos acionistas pelo apoio e confiança.

Sertãozinho, 30 de junho de 2026.

Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Usina São Francisco S.A.**
Sertãozinho - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina São Francisco S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina São Francisco S.A. em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo do ativo biológico

Ver notas explicativas n.ºs. 3.6, 4 (i) e 10 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

A Companhia mensura o seu ativo biológico de cana-de-açúcar ao valor justo menos despesas com vendas.

O modelo de avaliação do valor justo da Companhia considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado durante a vida do ativo biológico. Essas projeções requerem julgamento crítico na determinação das diversas premissas adotadas pela Companhia, principalmente relacionadas a área total estimada de colheita, produtividade estimada desses canaviais (toneladas de cana-de-açúcar por hectares), a quantidade de açúcar total recuperável - ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, a área de colheita, aos custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto.

Devido às incertezas e alto grau de julgamento envolvido na determinação das premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa futuros e do impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, considerando esse assunto significativo em nosso trabalho de auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram:

- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, incluindo produtividade estimada desses canaviais, a quantidade de açúcar total recuperável - ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, a área de colheita, aos custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto e comparação das principais premissas com informações históricas disponíveis, bem como, análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas;
- Recálculo matemático do valor presente determinado com base nos fluxos de caixa projetados e descontados; e
- Avaliação também se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes, em relação às premissas utilizadas na mensuração do ativo biológico.

Com base nos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que a mensuração do valor justo do ativo biológico, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de março de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto/SP, 30 de junho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP-293539/O-8

Usina São Francisco S.A.

Balancos patrimoniais 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2026	2025	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2026	2025
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	324.254	259.609	Fornecedores	19	62.928	64.743
Contas a receber - Clientes	7	87.277	104.757	Empréstimos e financiamentos	20 a)	126.892	108.963
Contas a receber - Cooperativa	8	6.151	17.497	Notas comerciais	20 c)	6.594	5.332
Estoques	9	93.504	66.538	Passivo de arrendamento	21	13.858	15.248
Ativo biológico	10	56.782	15.751	Impostos e contribuições a recolher		5.196	5.788
Adiantamentos a fornecedores	11	49.549	61.054	Imposto de renda e contribuição social a recolher		933	-
Instrumentos financeiros derivativos	24	15.921	18.524	Salários e encargos sociais a pagar		21.306	20.273
Impostos a recuperar	12 a)	50.968	52.620	Demais passivos	22	8.479	9.033
Imposto de renda e contribuição social saldo negativo	12 b)	16.775	17.855				
Demais ativos	13	4.998	5.050				
		<u>706.179</u>	<u>619.255</u>			<u>246.186</u>	<u>229.380</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	20 a)	359.483	186.981
Contas a receber - Cooperativa	8	29.857	29.857	Financiamentos Cooperativa	20 b)	10.999	11.297
Impostos a recuperar	12 a)	15.345	11.774	Notas comerciais	20 c)	150.000	150.000
Imposto de renda e contribuição social saldo negativo	12 b)	3.482	-	Passivo de arrendamento	21	109	14.622
Depósitos judiciais	14	163.992	148.724	Impostos e contribuições a recolher		1.115	1.115
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	13.552	1.175	Demais passivos	22	28.208	37.375
Demais ativos	13	4.865	4.659	Provisão para contingências	23	160.077	144.203
		<u>231.093</u>	<u>196.189</u>			<u>709.991</u>	<u>545.593</u>
Investimentos	17	353.684	324.221	Total do passivo		<u>956.177</u>	<u>774.973</u>
Imobilizado	18	429.157	411.509	Patrimônio líquido	26	690.348	679.245
Intangível		812	604	Capital social		(46.766)	(46.766)
Direito de uso	21	17.134	35.212	Ações em tesouraria		57.600	87.735
		<u>1.031.880</u>	<u>967.735</u>	Reserva de lucros para aquisição de ações		34.746	34.746
				Reserva legal		14.050	14.050
				Reserva reflexa de investida		31.904	31.904
				Reserva incentivo fiscal subvenção		-	11.103
				Resultado a deliberar			
				Total do patrimônio líquido		<u>781.882</u>	<u>812.017</u>
Total do ativo		<u>1.738.059</u>	<u>1.586.990</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.738.059</u>	<u>1.586.990</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina São Francisco S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Receita operacional líquida	27	485.915	631.025
Custo dos produtos vendidos	28	(349.603)	(433.786)
Valor justo do ativo biológico	10	<u>(25.175)</u>	<u>(75.392)</u>
Lucro bruto		111.137	121.847
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	29	(82.988)	(91.631)
Administrativas e gerais	29	(28.817)	(31.225)
Outras receitas operacionais, líquidas	30	4.317	9.833
Resultado da equivalência patrimonial em controladas	17	<u>9.849</u>	<u>6.625</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		13.498	15.449
Receitas financeiras	31	52.982	45.856
Despesas financeiras	31	(103.387)	(95.614)
Variação cambial, líquida	31	<u>(5.605)</u>	<u>10.694</u>
Resultado financeiro líquido	31	<u>(56.010)</u>	<u>(39.064)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(42.512)	(23.615)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	<u>12.377</u>	<u>35.365</u>
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício		<u>(30.135)</u>	<u>11.750</u>
Quantidade de ações - em milhares		<u>1.142</u>	<u>1.142</u>
(Prejuízo) / lucro básico e diluído por ação - R\$		<u>(26,39)</u>	<u>10,29</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina São Francisco S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	2026	2025
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	(30.135)	11.750
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(30.135)</u></u>	<u><u>11.750</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina São Francisco S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de lucros para aquisições de ações	Reserva legal	Reserva reflexa de investida	Reserva incentivo fiscal	Lucros a deliberar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2024	527.875	(28.876)	87.735	34.158	14.050	31.904	151.370	-	818.216
Aumento de capital social (Nota 26 a)	151.370	-	-	-	-	-	(151.370)	-	-
Aquisição de ações de acionistas (Nota 26 b)	-	(17.890)	-	-	-	-	-	-	(17.890)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	11.750	11.750
Destinações:									
Reserva legal (Nota 26 c)	-	-	-	588	-	-	-	(588)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 26 d)	-	-	-	-	-	-	-	(59)	(59)
A deliberar em Assembleia Geral	-	-	-	-	-	-	11.103	(11.103)	-
Saldos em 31 de março de 2025	<u>679.245</u>	<u>(46.766)</u>	<u>87.735</u>	<u>34.746</u>	<u>14.050</u>	<u>31.904</u>	<u>11.103</u>	<u>-</u>	<u>812.017</u>
Aumento de capital social (Nota 26 a)	11.103	-	-	-	-	-	(11.103)	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(30.135)	(30.135)
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	-	-	(30.135)	-	-	-	-	30.135	-
Saldos em 31 de março de 2026	<u>690.348</u>	<u>(46.766)</u>	<u>57.600</u>	<u>34.746</u>	<u>14.050</u>	<u>31.904</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>781.882</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina São Francisco S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(42.512)	(23.615)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		116.311	81.774
Resultado na baixa de ativo imobilizado	30	(631)	(734)
Resultado da equivalência patrimonial	17	(9.849)	(6.625)
Mudança no valor justo de ativos biológicos	10	25.175	75.392
Reconhecimento estoque Cbios	30	-	1.183
Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar	10	15.751	61.718
Juros e variações cambiais provisionados	16	61.383	45.492
Reversão para contingências	23	-	(1.088)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	31	2.386	5.000
Depreciação direito de uso de arrendamento	21	17.533	16.352
Receita de dividendos mensurados ao custo	30	(97)	(156)
Ganho por variação patrimonial de investida	30	(3.492)	(1.281)
Variação dos ativos e passivos			
Contas a receber		28.825	(21.566)
Estoques		(26.966)	4.576
Impostos a recuperar		(18.273)	35.137
Adiantamentos a fornecedores		(13.598)	(18.819)
Demais ativos		(1.125)	15.793
Depósitos judiciais		606	(32.619)
Instrumentos financeiros derivativos		217	(11.290)
Fornecedores		(1.815)	15.611
Impostos e contribuições a recolher		14.293	16.022
Salários e contribuições sociais		1.035	1.514
Demais passivos		20	(8)
		165.177	257.763
Juros pagos ou recebidos		(63.089)	(29.277)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		102.088	228.486
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativos biológicos	10	(81.957)	(91.143)
Aquisição de investimentos		(806)	(1.970)
Aquisição de intangível		(818)	(472)
Aquisição de ativo imobilizado		(140.196)	(159.341)
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	30	9.474	2.072
Recebimento venda de ações		1.669	-
Recebimento de dividendos		9.339	8.983
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(203.295)	(241.871)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de arrendamento	16	(16.170)	(16.462)
Empréstimos, financiamentos bancários e Notas Comerciais tomados	16	275.000	157.639
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e Notas Comerciais - principal	16	(86.702)	(49.227)
Pagamento de dividendos		(59)	(944)
Pagamento de ações de acionistas	16	(6.217)	(5.884)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		165.852	85.122
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		64.645	71.737
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		259.609	187.872
No fim do exercício	6	324.254	259.609
		64.645	71.737

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

1.1 A Companhia

A Usina São Francisco S.A. (“Companhia”), com sede na Fazenda São Francisco – Zona Rural, cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo, Caixa Postal 537, tem como atividade as seguintes operações:

A Companhia é cooperada da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986.

A Companhia atua também na produção de açúcar e etanol orgânico que são comercializados pela própria Companhia.

Aproximadamente 53% da cana-de-açúcar processada pela Companhia são cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola.

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar n° 214/2025, primeira etapa de regulamentação da Reforma Tributária do consumo. O novo modelo substituirá PIS, COFINS, ICMS, ISS e parte do IPI pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estruturados sob o conceito de IVA dual.

Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

A Reforma será implementada gradualmente entre 2026 e 2032, período no qual coexistirá o sistema atual e o novo regime. A LC n° 227/2026 complementou a regulamentação, disciplinando aspectos operacionais do IBS, inclusive administração, fiscalização e regras de transição.

A Administração da Companhia acompanha os desdobramentos regulatórios e avalia os potenciais impactos tributários, operacionais e contábeis da nova sistemática.

Contudo, considerando que o período de transição terá início em 2026 e ainda existem regulamentações complementares pendentes, não foram identificados, até a presente data, efeitos materiais a serem refletidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2026.

A Companhia seguirá monitorando a evolução normativa e atualizará suas estimativas e divulgações conforme os impactos forem se tornando conhecidos e mensuráveis.

1.2 Investidas

Usina Uberaba S.A. – controlada em conjunto

A Usina Uberaba S.A., com sede na Fazenda Uberaba, Rodovia Municipal 304, Km 2,5, cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, tem como atividade a fabricação de etanol.

A Usina Uberaba S.A. é cooperada da Cooperativa, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de 05 de setembro de 1986.

Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda. - controlada

A atividade preponderante é o comércio de produtos orgânicos no mercado de varejo.

Agropecuária Iracema Ltda. – controlada em conjunto

Tem como principal atividade a exploração da atividade agrícola da cana-de-açúcar em regime de parceria agrícola com empresas relacionadas.

PHB Industrial S.A. – controlada em conjunto

A PHB Industrial S.A. foi constituída em 1º de março de 2000, com sede em Serrana, Estado de São Paulo, tendo como objeto social e atividade preponderante a industrialização e comercialização de produtos químicos orgânicos e inorgânicos.

A investida concluiu substancialmente o desenvolvimento do Polihidroxitirato (PHB) e Polihidroxitirato-Valerato (PHB-V) em 2001, com elaboração do PDP (*Project Design Package*) despendendo quantias significativas com gastos industriais e de projetos.

Em paralelo à rota de produção do PHB e PHB-V voltado ao mercado de plásticos, a investida desenvolveu também durante os últimos anos, tecnologia que permite a utilização de sua rota produtiva em nutrição animal. Tal tecnologia já se encontra devidamente patenteadada e testada.

A Administração, com base nos resultados obtidos em testes com diferentes espécies de animais, obteve a inclusão do PHB na lista positiva de insumos do Ministério da Agricultura, assim como o registro de fábrica (SP-59890) e do registro do produto (*BIOCYCLE*) junto aos órgãos competentes, com possibilidade de produção comercial desse material, baseada na estrutura industrial já implementada.

A Administração da PHB Industrial S.A., ao mesmo tempo que continua desenvolvendo novas rotas tecnológicas dentro do projeto existente, também estuda alternativas de formação de nova Joint Venture com terceiros para explorar novas oportunidades de negócios.

Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda. – controlada em conjunto

A Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda., foi constituída em 01 de agosto de 2024, tem como atividade de *holding* sobre o ramo de empreendimentos imobiliários do Grupo Econômico Balbo. Seu capital social foi integralizado com base nas quotas das Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. nas investidas Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda., Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda., conforme saldos contábeis de 31 de julho de 2024, com isso a Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda. passou a ser a controladora direta das respectivas investidas. As investidas são controladas em conjunto e têm como principal atividade o fracionamento do solo visando a obtenção de lotes urbanizáveis, a construção, incorporação, e quaisquer atividades relacionadas a projetos imobiliários em geral.

1.3 Renovabio

Instituído pela Lei nº 13.576/2017, o RENOVABIO é a Política Nacional de Biocombustíveis que tem como principal foco o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, objetivando o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transporte do país. Estes créditos de descarbonização (Cbios) deverão ser adquiridos pelas distribuidoras de combustíveis para comprovar o cumprimento de metas de redução de emissão de carbono.

A comercialização dos créditos de descarbonização (Cbios) é realizada através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, registrando o valor negociado como receita operacional da Companhia, quando do reconhecimento do direito do PN66.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de junho de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na nota 3.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas; e
- Os investimentos em coligadas e controladas avaliados por equivalência patrimonial.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$ mil), que é a moeda funcional da Companhia e de suas investidas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis materiais da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 21** – Passivo de arrendamento: se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.5 (iii)** – Vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 3.16** - Ativos contingentes;
- **Nota 7** - mensuração de perda estimada de crédito do contas a receber: principais premissas na determinação dos percentuais de perda;
- **Nota 10** – Ativos biológicos - O ativo biológico é mensurado ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos;
- **Nota 15** – Ativos e passivos fiscais diferidos - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- **Nota 23** – Provisão para contingências - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(iii) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 10** - Ativo biológico; e
- **Nota 24** - Instrumentos financeiros.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A Administração optou por não efetuar e divulgar demonstrações financeiras consolidadas em função da imaterialidade dos saldos apresentados na consolidação. A Companhia possui o controle nas investidas, porém sua posição patrimonial e financeira não é relevante para fins de consolidação.

3.2 Investimentos em coligadas e sociedades controladas em conjunto (*joint venture*)

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do poder votante de outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

As demonstrações financeiras incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de companhias investidas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquela da Companhia, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam.

Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido à zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da companhia investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

Os investimentos em sociedades controladas em conjunto são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, a qual é reconhecida no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. Quando necessário, as políticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

3.3 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

- (i) **Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento**
Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) **Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

(iii) **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) **Capital social**

Ações ordinárias nominativas da Companhia são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

(v) **Dividendos**

Os dividendos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido, deduzidas as reservas legais e o dividendo obrigatório será reconhecido como obrigação quando deliberado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas. Vide nota 26 d.

3.5 Imobilizado

(i) **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia optou por não reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2010. A Administração da Companhia realizou um estudo sobre os benefícios da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) e concluiu que esses benefícios não são superiores aos custos de adoção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas / despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Os gastos com manutenção agrícola e industrial, incorridos no período de entressafra são levados ao imobilizado para serem apropriados ao custo de produção do açúcar e do etanol no decorrer da safra seguinte.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos e terra nua não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edifícios e construções	25 anos
Máquinas, instalações e equipamentos	Entre 8 e 29 anos
Veículos	12 anos
Máquinas e implementos agrícolas	8 anos
Móveis e utensílios	8 anos
Lavouras de cana- de- açúcar	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.6 Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda.

Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data de corte.

3.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

O custo da cana-de-açúcar transferido dos ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte.

O Cbios é caracterizado como um ativo, na sua essência, intangível, por não ter substância física, que decorre de eventos passados e gera um direito para a Companhia. O direito nasce como consequência de uma subvenção governamental, logo seu reconhecimento inicial é tratado dentro do escopo do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, e seu reconhecimento inicial é através do valor justo, registrado na linha de outras receitas e despesas operacionais, líquidas (nota 30).

Após a mensuração inicial, o Cbios, por ter sua origem derivada de operações e ser comercializado pela Companhia, passa a ser tratado como estoque, e sua mensuração subsequente passa a ser o valor realizável líquido, conforme definido no CPC 16 – Estoques.

Ao final do exercício a Companhia faz a comparação entre o custo de estoque do Cbios e o seu valor realizável líquido de mercado, e caso necessário, faz o registro de *impairment*.

3.8 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

A Companhia avalia a cada data de apresentação se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos estão registrados com valor acima do seu valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.9 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.11 Receita operacional

(i) Venda de produtos – Açúcar e etanol orgânicos e demais produtos orgânicos

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, que as obrigações de desempenho do contrato com clientes tenham sido cumpridas, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

(ii) Venda de produtos – Açúcar e etanol

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986.

3.12 Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

3.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda) e 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados ao patrimônio líquido ou a outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação ao prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.14 Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia e sua atividade industrial estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui o risco associado com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e nos regulamentos em vigor.

A Companhia possui certificações no sistema de gestão integrada e anualmente são realizadas auditorias pelo órgão certificador, visando a conformidade dos processos e operações. Em complemento, a Companhia recebe processos de auditorias e verificações específicas de agências governamentais e independentes, para requisitos específicos do governo e de clientes, além dos requisitos de certificações de segurança de alimentos, agricultura orgânica, comércio justo e de padrões socioambientais, que estão submetidos. Assim buscam além da conformidade com padrões da qualidade de seus produtos, melhorias voltadas a sustentabilidade do negócio e cumprimento de sua política de gestão.

3.15 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Se houver mais de um componente de arrendamento no contrato, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Ao atendimento da norma, existem apenas contratos de arrendamentos de propriedades rurais, não havendo componentes a serem segregados, sendo contabilizados como um único componente.

Como arrendatário

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento de terras na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustados pelas taxas dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente de pagamentos de arrendamentos que não foram pagos na data da transição, descontados usando uma taxa nominal para cada período, baseada nas taxas de juros livres observadas por projeções de mercado (nota 21).

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo de arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento dos contratos que incluem opção de renovação. A assertividade da avaliação se a Companhia pode exercer esta opção tem impacto direto no prazo do arrendamento, podendo afetar significativamente o valor do passivo do arrendamento e do ativo de direito de uso reconhecido. As opções de extensão e rescisão estão incluídas nos contratos de arrendamento da Companhia.

A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros trazidos a valor presente por uma taxa de juros incremental e em contrapartida reconhecer o direito de uso destes contratos como um ativo.

Como arrendador

A Companhia não possui contratos em que figure como arrendadora, portanto não houve qualquer ajuste na contabilização dos seus ativos.

3.16 Ativos contingentes

Quando for provável a entrada de benefícios econômicos, a Companhia divulga breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço e, quando praticável, uma estimativa dos seus efeitos financeiros, mensurada usando os princípios estabelecidos para as provisões.

PIS e COFINS - Efeitos da IN 1.911/19

A Companhia ingressou em junho de 2010 com Ação Judicial perante a Justiça Federal, mediante Mandado de Segurança, pleiteando o direito ao aproveitamento de créditos de PIS e COFINS sobre todos os gastos incorridos na geração da receita tributável da Companhia, ou, ao menos sobre aqueles gastos direta e indiretamente incorridos para a promoção das atividades produtivas da Companhia, afastando as vedações existentes na Lei 10.637/02 (PIS não-cumulativo) e Lei 10.833/03 (COFINS não-cumulativo) e aguarda o julgamento do referido MS.

No exercício de 2019, houve mudança no entendimento da SRF, publicado através da IN 1.911/19, que em resumo considera que os insumos essenciais e relevantes ao processo produtivo dariam direito ao crédito, momento em que passamos a nos creditar destes valores.

Para o período anterior a 2019 e até 2005, abrangidos pelo nosso MS que está suportado no entendimento dos conceitos de essencialidade e relevância previstos da IN 1.911/19, aguardamos o julgamento do MS de forma definitiva para efetuarmos o levantamento dos valores envolvidos e posterior registro do direito.

Ação judicial sobre exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

Em maio de 2021, o Supremo Tribunal federal julgou os Embargos de Declaração opostos pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no RE 574.706, e, por maioria, acolheu, em parte, os embargos de declaração para modular os efeitos do julgado a partir de 15/03/2017, fixando a seguinte tese com repercussão geral “*O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS*”, ficando ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferiu o julgamento (15/03/2017), sendo que, também, por maioria, prevaleceu o entendimento que se trata do ICMS destacado na nota fiscal.

A Companhia também discutiu judicialmente seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, em Mandado de Segurança, para o qual teve o trânsito em julgado de forma favorável a seu pleito. A Administração, em conjunto com assessores internos e externos, através de Pedido de Habilitação de Crédito Decorrente de Decisão Judicial Transitada em Julgado, perante a SRF, obteve despacho de deferimento do Pedido de Habilitação, nos termos do artigo 103, incisos de I a V, da Instrução Normativa RFB nº 2.055/2021. Destaca-se que o mero deferimento do Pedido ora deferido não se constitui em reconhecimento do direito creditório pleiteado ou homologação da compensação pretendida. Após o deferimento do Pedido de Habilitação, a Administração avalia com assessores externos a escrituração dos créditos, e a possibilidade de compensação com tributos federais administrados pela Receita Federal do Brasil.

No entanto, quando da operacionalização dos Pedidos de Restituição, avaliou-se que na totalidade dos períodos que compreenderam o direito adquirido, conforme o Mandado de Segurança, a Companhia apurou saldo credor de PIS e COFINS, de modo que, os advogados da causa aconselharam a tão somente escriturar os créditos objeto do Pedido de Habilitação - procedimento que foi realizado. A Companhia aguarda eventual mudança na legislação e a publicação das normativas relacionadas à Reforma Tributária, no que se refere à utilização de saldo credor nos livros fiscais.

Além disto, a Companhia está avaliando em conjunto com seus assessores jurídicos a possibilidade de discutir esta tese tributária mediante Ação Judicial, que envolve o ICMS contido na alíquota Ad Rem que tributa PIS e COFINS sobre venda de Etanol. Em março de 2025 a Companhia ingressou com Ação de Protesto Judicial Interruptivo de Prescrição referente ao Etanol Ad Rem.

3.17 Subvenção para investimentos

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. A Companhia destina o valor dessa subvenção governamental até o limite do lucro líquido do exercício para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”. No caso de a Companhia apurar prejuízo no período ou o lucro líquido ser inferior à parcela decorrente de subvenções governamentais e, nesse caso, esta não puder ser destinada para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”, a transferência para a conta de “Reservas para incentivos fiscais” ocorrerá nos períodos subsequentes.

As subvenções e assistências governamentais tomadas pela Companhia estão divulgadas na nota 12 (b) e nota 26 (c-iv) das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2026.

3.18 Mudanças nas políticas contábeis materiais

A Companhia não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras em e para o exercício encerrado em 31 de março de 2026.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Os ativos biológicos e os respectivos produtos

Ativos biológicos devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas de venda.

A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer a exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado. O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratos culturais, custos de parceria, custo de capital, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa ao valor presente é calculada com base Custo Médio Ponderado de Capital – *WACC*.

(ii) Empréstimos, financiamentos e notas comerciais

Estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

5 Novas normas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2026. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. CPC 51 Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 (no caso da Companhia 1º de abril de 2027). O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

- Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2026	2025
Caixa e bancos	1.959	4.987
Aplicações financeiras	322.295	254.622
	324.254	259.609

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras da Companhia se referem a Certificado de Depósito Bancário e a remuneração varia entre 100% e 103% do CDI (em 31 de março de 2025 a remuneração variava entre 100% e 105% do CDI).

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 24.

7 Contas a receber – Clientes

	2026	2025
Contas a receber – mercado interno	46.609	46.835
Contas a receber – mercado externo	41.947	59.201
	88.556	106.036
(-) Provisão para perdas esperadas	(1.279)	(1.279)
	87.277	104.757

Corresponde aos direitos a receber por comercialização de produtos e coprodutos de produção própria da Companhia.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 24.

Os saldos em aberto são realizáveis e não há expectativas de perdas acima do montante já provisionado, inclusive a Companhia tem carta fiança para proteger grande parte do risco de perdas com contas a receber.

	2026	2025
Saldo inicial	(1.279)	(1.279)
(-) Constituição / Reversão de provisão	-	-
	<u>(1.279)</u>	<u>(1.279)</u>

A análise de vencimentos dessas contas a receber está representada abaixo:

A vencer	2026	2025
até 30 dias	31.271	30.946
de 31 até 90 dias	36.679	46.738
de 91 até 180 dias	-	-
acima de 180 dias	445	62
	<u>68.395</u>	<u>77.746</u>
Vencidos		
até 30 dias	10.127	16.491
de 31 até 90 dias	5.106	4.212
de 91 até 180 dias	871	1.120
acima de 180 dias	4.057	6.467
	<u>20.161</u>	<u>28.290</u>
	<u>88.556</u>	<u>106.036</u>

8 Contas a receber – Cooperativa

Correspondem aos valores a receber das operações com a Cooperativa, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional no caso de faturamento por ato cooperativo, de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 24.

9 Estoques

	2026	2025
Produtos acabados entregues à Cooperativa		
- Cbios	287	710
Produtos orgânicos		
- Açúcar orgânico	51.532	20.334
- Etanol Hidratado Retificado Orgânico	17.836	21.778
- Outros produtos orgânicos	17.261	13.133
Almoxarifado de materiais auxiliares, de manutenção e outros	6.588	10.583
	93.504	66.538

Os saldos de estoques são realizáveis e não há expectativas de perdas acima do montante já provisionado.

	2026	2025
Saldo inicial	(1.014)	(1.014)
(-) Constituição / Reversão de provisão	-	-
	(1.014)	(1.014)

10 Ativos biológicos

Os ativos biológicos de cana-de-açúcar são mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

	2026	2025
Saldo inicial	15.751	61.718
Aumento decorrente de tratamentos culturais	81.957	91.143
Diminuição decorrente da amortização	(15.751)	(61.718)
Mensuração no valor justo menos despesas estimadas de venda	(25.175)	(75.392)
Ativos biológicos no final do exercício	56.782	15.751

Para o atendimento do CPC 29 – ativo biológico, a Companhia utilizou o cálculo do valor justo pelo método de fluxo de caixa futuro descontado nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé.

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2026	2025
Área estimada de colheita (hectares)	9.458	8.559
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	83,04	64,70
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	136,74	139,52
Valor médio do Kg de ATR	1,4461	1,5353
WACC (a.a.)	6,39%	7,13%

O volume de produção de cana-de-açúcar a ser cortada e a sua produtividade, medida em toneladas e nível de concentração de açúcar - ATR, foram estimados considerando a média de produtividade projetada do canavial por idade de corte.

O valor do Kg de ATR é estimado com base em dados divulgados pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (CONSECANA).

A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado da Companhia, o qual é revisado anualmente pela Administração.

Os custos estimados para esse tipo de cultura contemplam: custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; custos com Colheita/Corte, Transbordo e Transporte (CCTT); custos de capital (equivalentes a parceria agrícola, arrendamento de terras, aquisição de máquinas e equipamentos); e impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais cinco ou seis safras.

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta de produção) e que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita.

As plantas de produção são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades projetadas e valorizadas pela estimativa do preço da cana pelo método CONSECANA para a próxima safra.

O valor justo da cana-de-açúcar no momento da colheita passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos de oferta e demanda

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol convencionais e orgânicos produzidos a partir da cana-de-açúcar e demais produtos orgânicos comercializados. A Companhia faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A gestão destes riscos para açúcar e etanol convencionais é administrada diretamente pela Cooperativa, inclusive quanto as análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e para assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada. Em relação a gestão de riscos para os produtos orgânicos é realizado internamente pelos gestores deste segmento.

Riscos climáticos e outros

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais, disponibilidade de recursos hídricos e outras forças naturais. Importante informar que tais riscos, podem impactar em algumas premissas utilizadas para dimensionar o valor contábil do ativo biológico.

Em relação a outros riscos que podem impactar os negócios relativos ao ativo biológico, podemos citar positivamente o Renovabio (vide nota 1.3) e as condições mercadológicas de oferta e demanda do produto.

Neste sentido, a Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares da situação da lavoura de cana-de-açúcar e o acompanhamento constante das mudanças de mercado.

Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2026, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar, e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 4.041 no valor justo do ativo biológico. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em um aumento ou redução de R\$ 2.947 no valor justo do ativo biológico.

11 Adiantamentos a fornecedores

	2026	2025
Fornecedores de cana e parceria agrícola	46.936	57.314
Fornecedores diversos	<u>2.613</u>	<u>3.740</u>
	<u><u>49.549</u></u>	<u><u>61.054</u></u>

Os adiantamentos a fornecedores são para compra de cana-de-açúcar conforme previsões contratuais, com realização para a safra 2026/2027.

A cana de fornecedores parceiros, quando do seu recebimento, é atualizada pelo preço da tonelada de cana estabelecido pelo modelo definido no Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar do Estado de São Paulo - Consecana.

12 Impostos a recuperar

a. Impostos a recuperar

	2026	2025
ICMS saldo credor corrente	976	697
ICMS sobre aquisição de bens do imobilizado	8.374	8.619
PIS e COFINS (i)	36.733	40.082
IRRF	12.677	7.819
IPI	6.852	6.518
Outros	701	659
	66.313	64.394
Circulante	50.968	52.620
Não circulante	15.345	11.774

- (i) O saldo credor das Contribuições para o PIS/Pasep e da COFINS, ocorreu em função da iniciativa do governo federal em estimular o consumo e a retomada da economia, reduzindo a zero as alíquotas destas contribuições no período de 06/2022 a 02/2023, incidentes sobre a comercialização do etanol, inclusive para fins carburantes, mantendo ao contribuinte o direito ao crédito sobre as aquisições dos insumos utilizados no processo produtivo. Outros fatores que contribuíram para o saldo credor foram: i) a possibilidade de apropriação do “crédito presumido” do PIS e da COFINS sobre aquisição do óleo diesel combustível, pois no mesmo período sua comercialização estava sujeita à alíquota zero dessas contribuições; e, ii) possibilidade de registrar o crédito de forma imediata sobre a imobilização de equipamentos industriais.

b. Imposto de renda e contribuição social saldo negativo

	2026	2025
IR / CS saldo negativo (i)	20.257	17.855
Circulante	16.775	17.855
Não circulante	3.482	-

- (i) Valor proveniente da recomposição da base de cálculo do IR/CS tendo como fundamento o disposto no art. 10 da Lei Complementar 160/17 em conjunto com Art. 30 da Lei 12.973/14, que basicamente dispõe que benefícios fiscais são considerados subvenções para investimentos, desde que atendidos os requisitos de regularidade e constituição da reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, cujas condições foram devidamente observadas pela Companhia. Nesse exercício não houve recebimentos efetivos, em 31 de março de 2025 a Companhia obteve recebimentos efetivos no valor de R\$ 39.337 (principal + juros), havendo ainda saldo a receber.

13 Demais ativos

	2026	2025
Dividendos a receber (nota 25) (i)	4.559	6.305
Seguros a apropriar	3.962	3.156
Outros	1.342	248
	9.863	9.709
Circulante	4.998	5.050
Não circulante	4.865	4.659

- (i) Compreendido substancialmente por dividendos a receber das controladas indiretas Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda. a serem liquidados quando da disponibilidade de caixa da controlada, conforme deliberado em Ata de Assembleia de Sócios Quotistas realizada em 24 de julho de 2015.

14 Depósitos judiciais

	2026	2025
Verba indenizatória ação de preços (i)	159.581	143.707
Outros	4.411	5.017
	163.992	148.724

- (i) A Companhia efetuou depósitos judiciais tributários sobre verba indenizatória recebida, mediante ação judicial objetivando afastar as exigências do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. A provisão pertinente ao depósito judicial está evidenciada na nota 23.

15 Ativos e passivos fiscais diferidos

A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos sobre os seguintes valores base:

	2024	Reconhecidos no resultado	2025	Reconhecidos no resultado	2026
Ativo não circulante					
Ativo biológico - CPC 29	6.529	19.104	25.633	(17.074)	8.559
Prejuízos fiscais do imposto de renda	11.502	17.761	29.263	27.209	56.472
Base negativa da contribuição social	4.129	6.394	10.523	9.795	20.318
Provisão para contingências	539	-	539	-	539
Provisão para perdas esperadas	435	-	435	-	435
Provisão para estoques obsoletos	345	-	345	-	345
	23.479	43.259	66.738	19.930	86.668
Passivo não circulante					
Depreciação - Ajuste por adoção CPC 27	(9.589)	452	(9.137)	203	(8.934)
Arrendamento CPC 06	(2.171)	(356)	(2.527)	740	(1.787)
Valor justo investimentos	(4.329)	(477)	(4.806)	(1.254)	(6.060)
Depreciação acelerada incentivada	(41.580)	(7.513)	(49.093)	(7.242)	(56.335)
	(57.669)	(7.894)	(65.563)	(7.553)	(73.116)
Imposto de renda e contribuição social líquido	(34.190)	35.365	1.175	12.377	13.552

Período estimado de realização dos créditos tributários

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceu no ativo não circulante, em contrapartida do resultado do exercício, o imposto de renda e a contribuição social correspondentes sobre os direitos por prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social.

A Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários no próximo exercício. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

16 Outras divulgações sobre o fluxo de caixa

a. Reconciliação da dívida líquida

	2026	2025
Empréstimos, financiamentos e financiamentos Cooperativa	497.374	307.241
Notas comerciais	156.594	155.332
Passivo de arrendamento	13.967	29.870
Aquisições de ações de acionistas (nota 22)	<u>33.768</u>	<u>43.450</u>
Total da dívida	<u>701.703</u>	<u>535.893</u>
Caixa e equivalente de caixa	<u>(324.254)</u>	<u>(259.609)</u>
Total da dívida líquida	<u><u>377.449</u></u>	<u><u>276.284</u></u>

	Empréstimos e financiamentos Cooperativa	Notas comerciais	Arrendamentos	Aquisições de ações	Total da dívida
Dívida em 31 de março de 2024	341.278	-	42.803	29.268	413.349
Movimentações que afetam o fluxo de caixa					
Aquisições/remensurações	7.639	150.000	-	17.890	175.529
Pagamentos – Principal	(49.227)	-	(16.462)	(5.884)	(71.573)
Pagamentos – Juros	(29.277)	-	-	-	(29.277)
Movimentações que não afetam o fluxo de caixa					
Aquisições/remensurações	-	-	2.373	-	2.373
Juros provisionados	36.828	5.332	1.156	-	43.316
Atualização de aquisições de ações	-	-	-	2.176	2.176
Dívida em 31 de março de 2025	<u>307.241</u>	<u>155.332</u>	<u>29.870</u>	<u>43.450</u>	<u>535.893</u>
Movimentações que afetam o fluxo de caixa					
Aquisições/remensurações	275.000	-	-	-	275.000
Pagamentos – Principal	(86.702)	-	(16.170)	(6.217)	(109.089)
Pagamentos – Juros	(41.387)	(22.024)	-	-	(63.411)
Movimentações que não afetam o fluxo de caixa					
Aquisições/remensurações	2.472	-	(545)	-	1.927
Juros provisionados	40.750	23.286	812	-	64.848
Atualização de aquisições de ações	-	-	-	(3.465)	(3.465)
Dívida em 31 de março de 2026	<u>497.374</u>	<u>156.594</u>	<u>13.967</u>	<u>33.768</u>	<u>701.703</u>

17 Investimentos

Nenhuma das companhias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

	2026	2025
Controladas e coligadas	327.243	296.062
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.303	3.197
Ágio de investimentos em controladas (i)	7.949	7.949
Copersucar S.A.	15.354	16.177
CTC - Centro Tecnologia Canaveira S.A.	361	361
União São Paulo S.A.	288	288
Outros investimentos avaliados ao custo	<u>186</u>	<u>187</u>
	<u>353.684</u>	<u>324.221</u>

(i) Ágio das empresas Usina Uberaba S.A. e Agropecuária Uberaba Ltda.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas e coligadas.

	Usina Uberaba S.A.	Agropecuária Iracema S.A.	PHB Industrial S.A.	Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	Vicenza Empreendimento Imobiliário Ltda.	Vila Sicília Empreendimento Imobiliário Ltda.	Vila Messina Empreendimento Imobiliário Ltda.	Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	Total
Capital Social integralizado 31 de março de 2026	819.547	73.362	111.077	6.936	69	3.018	16	3.196	1.017.221
Patrimônio Líquido em 31 de março de 2026	1.056.634	55.374	23.153	24.605	(318)	3.644	21.574	308	1.184.974
Resultado do exercício	39.297	(17.988)	(2.152)	17.445	(273)	453	17.558	(274)	54.066
Participação %	27,5%	38,2%	25,0%	38,2%	38,2%	38,2%	38,2%	100,0%	-
Saldo em 31 de março de 2024	270.374	18.096	4.114	-	1.214	1.729	6	841	296.374
Distribuição de dividendos	(7.092)	-	-	-	(1.604)	(750)	-	-	(9.446)
Aumento (Redução) por incorporação (i)	-	-	-	2.652	(26)	(1.151)	55	-	1.530
Aumento de capital	-	-	1.100	-	-	-	-	-	1.100
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(121)	-	-	-	-	-	(121)
Resultado de equivalência patrimonial	22.235	(15.631)	(270)	22	416	172	(61)	(258)	6.625
Saldo em 31 de março de 2025	285.517	2.465	4.823	2.674	-	-	-	583	296.062
Distribuição de dividendos	(5.750)	-	-	-	-	-	-	-	(5.750)
Aumento de capital (ii)	-	25.579	1.700	-	-	-	-	-	27.279
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(197)	-	-	-	-	-	(197)
Resultado de equivalência patrimonial	10.807	(6.879)	(538)	6.733	-	-	-	(274)	9.849
Saldo em 31 de março de 2026	290.574	21.165	5.788	9.407	-	-	-	309	327.243

- (i) Constituição da investida Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda. como atividade de holding sobre o ramo de empreendimentos imobiliários do Grupo Econômico Balbo, sendo suas investidas Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda., Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda.
- (ii) Aumento de capital na investida Agropecuária Iracema S.A. com saldo de adiantamentos a fornecedores no montante de R\$ 25.579 e na investida PHB Industrial S.A. com recursos enviados à título de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 1.700.

Os registros contábeis das investidas e os saldos do patrimônio líquido e resultado do exercício correspondem aos seguintes saldos:

31 de março de 2026	Ativos		Passivos		Patrimônio líquido	Resultado	Receitas	Custos e despesas
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante				
Usina Uberaba S.A. (Consolidado)	663.506	1.203.141	(199.904)	(610.109)	(1.056.634)	39.297	824.695	(785.398)
Agropecuária Iracema S.A.	13.799	77.859	(36.284)	-	(55.374)	(17.988)	5.896	(23.884)
PHB Industrial S.A.	2.438	25.146	(281)	(4.150)	(23.153)	(2.152)	2.947	(5.099)
Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	670	12	(14)	(360)	(308)	(274)	-	(274)
Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	17.738	23.617	(3.097)	(13.653)	(24.605)	17.445	22.952	(5.507)
	<u>698.151</u>	<u>1.329.775</u>	<u>(239.580)</u>	<u>(628.272)</u>	<u>(1.160.074)</u>	<u>36.328</u>	<u>856.490</u>	<u>(820.162)</u>

18 Imobilizado

	Edifícios e construções	Maquinismo, instalações e equipamentos	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Manutenção de máquinas e equipamentos	Terras	Outros	Obras em andamento	Lavoura de cana-de-açúcar	Adiantamento a fornecedores	Total
Saldo em 31 de março de 2024	10.828	76.521	19.990	21.007	551	37.543	-	9.498	43.482	115.618	1.363	336.401
Adições	-	1.012	1.298	413	43	59.078	7.950	2.098	49.236	37.737	476	159.341
Alienações	-	(6)	(319)	(102)	-	-	-	(911)	-	-	(1.363)	(2.701)
Transferências	1.070	5.861	11.118	7.269	104	-	-	246	(25.668)	-	-	-
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(42.324)	-	-	-	-	-	(42.324)
Depreciação	(699)	(5.433)	(3.758)	(3.028)	(126)	-	-	(1.050)	-	(25.114)	-	(39.208)
Saldo em 31 de março de 2025	<u>11.199</u>	<u>77.955</u>	<u>28.329</u>	<u>25.559</u>	<u>572</u>	<u>54.297</u>	<u>7.950</u>	<u>9.881</u>	<u>67.050</u>	<u>128.241</u>	<u>476</u>	<u>411.509</u>
Custo total	21.215	188.765	59.203	52.478	2.160	521.699	7.950	19.644	67.050	382.467	476	1.323.107
Depreciação acumulada	(10.016)	(110.810)	(30.874)	(26.919)	(1.588)	(467.402)	-	(9.763)	-	(254.226)	-	(911.598)
Valor residual	<u>11.199</u>	<u>77.955</u>	<u>28.329</u>	<u>25.559</u>	<u>572</u>	<u>54.297</u>	<u>7.950</u>	<u>9.881</u>	<u>67.050</u>	<u>128.241</u>	<u>476</u>	<u>411.509</u>
Saldo em 31 de março de 2025	<u>11.199</u>	<u>77.955</u>	<u>28.329</u>	<u>25.559</u>	<u>572</u>	<u>54.297</u>	<u>7.950</u>	<u>9.881</u>	<u>67.050</u>	<u>128.241</u>	<u>476</u>	<u>411.509</u>
Adições	6	1.740	1.663	3.210	21	70.861	-	447	9.536	45.478	9.706	142.668
Alienações	-	(160)	(140)	(2)	-	-	(7.950)	-	(591)	-	(476)	(9.319)
Transferências	2.983	25.709	7.726	5.699	355	-	-	764	(43.236)	-	-	-
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(66.496)	-	-	-	-	-	(66.496)
Depreciação	(644)	(7.343)	(6.460)	(4.232)	(175)	-	-	(1.228)	-	(29.123)	-	(49.205)
Saldo em 31 de março de 2026	<u>13.544</u>	<u>97.901</u>	<u>31.118</u>	<u>30.234</u>	<u>773</u>	<u>58.662</u>	<u>-</u>	<u>9.864</u>	<u>32.759</u>	<u>144.596</u>	<u>9.706</u>	<u>429.157</u>
Custo total	24.204	216.054	68.452	61.385	2.536	592.560	-	20.855	32.759	427.945	9.706	1.456.456
Depreciação acumulada	(10.660)	(118.153)	(37.334)	(31.151)	(1.763)	(533.898)	-	(10.991)	-	(283.349)	-	(1.027.299)
Valor residual	<u>13.544</u>	<u>97.901</u>	<u>31.118</u>	<u>30.234</u>	<u>773</u>	<u>58.662</u>	<u>-</u>	<u>9.864</u>	<u>32.759</u>	<u>144.596</u>	<u>9.706</u>	<u>429.157</u>

Obras em andamento

Refere-se, substancialmente a investimentos de melhorias na Companhia, sendo i) nas dependências do parque industrial, implantação da primeira fase de aumento do *mix* de produção de açúcar; ii) na atividade agrícola/automotiva, a aquisição de tratores, veículos, plantadoras, entre outros, os quais entrarão em operação a partir da Safra 26/27.

Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2026 e 2025, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

Garantia

Em 31 de março de 2026, bens do ativo imobilizado com valor contábil de R\$ 7.838 (R\$ 6.889 em 31 de março de 2025) estão sujeitos a uma fiança registrada para garantir financiamentos bancários (Finame).

Depreciação

A projeção das vidas úteis dos bens constantes do ativo imobilizado da Companhia foi estimada por empresa especializada, contratada para este fim, com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para a realização deste trabalho consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam. Para o exercício encerrado em 31 de março de 2026, a avaliação da vida útil foi revisada internamente pela Administração, com base no laudo dos especialistas, considerando o planejamento e peculiaridades dos negócios da Companhia. A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado não teve mudanças significativas e está evidenciada na nota 3.5 (iii).

19 Fornecedores

	2026	2025
Fornecedores de cana-de-açúcar	53.269	52.421
Fornecedores de materiais, insumos e outros	9.659	12.322
	<u>62.928</u>	<u>64.743</u>

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e demais passivos é divulgada na nota 24.

20 Empréstimos, financiamentos e notas comerciais

Essa nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a risco de taxas de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota 24.

a. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	2026	2025
Nota de crédito exportação (NCE)	R\$	10/2026	Juros de 2,02% a 2,20% a.a mais CDI	13.838	31.845
Carta de crédito exportação (CCE)	R\$	09/2026	Juros de 1,90% a 1,99% a.a mais CDI	3.501	11.065
CCB	R\$	01/2027	Juros de 1,68% a.a mais CDI	4.404	8.786
CCB	R\$	01/2027	Juros pré-fixados de 5,56% e 6,56% a.a	201.236	696
Finame	R\$	11/2028	Juros pré-fixados de 5,5% a 11,43% a.a	10.717	8.988
Finame	R\$	12/2028	Juros de 4,71% a 4,76% a.a. + TLP	914	1.257
Cédula de Produtor Rural (CPR-F)	R\$	11/2030	Juros pré-fixados de 6% e 11,39% a.a.	400	983
Cédula de Produtor Rural (CPR-F)	R\$	07/2033	Juros de 0,89% a 2,33% a.a mais CDI	158.245	106.424
Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) (i)	R\$	07/2028	Juros de 6,2932% a.a. mais IPCA	93.120	125.900
				<u>486.375</u>	<u>295.944</u>
Circulante				126.892	108.963
Não circulante				359.483	186.981

- (i) Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) está totalmente atrelado a IPCA + 6,2932% a.a. A operação está indexada a DI+ 2,47% a.a. via contrato de *Swap*.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Safra	2026	2025
2026/2027	-	80.028
2027/2028	114.435	52.617
2028/2029	94.330	32.512
2029/2030	73.717	5.824
2030/2031 a 2036/2037	77.001	16.000
	<u>359.483</u>	<u>186.981</u>

A Companhia possui algumas obrigações contratuais em vigor (“*covenants*”) decorrentes dos financiamentos como limites de endividamento, geração de caixa, performance financeira e outros.

Garantias

Para os empréstimos tomados pela Companhia são concedidos como garantias aval de Companhias coligadas e controladas e os bens adquiridos com os recursos. Veja nota 18.

b. Financiamentos – Cooperativa

Correspondem a recursos repassados pela Cooperativa, com a seguinte composição.

	2026	2025
Repasso de recursos (Selic)	5.645	5.600
Adiantamentos - Copersucar - Sem correção	5.354	5.697
	<u>10.999</u>	<u>11.297</u>

c. Notas comerciais

	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	2026	2025
Notas comerciais (i)	R\$	12/2034	Juros de 1,20% a.a. mais CDI	156.594	155.332
Circulante				6.594	5.332
Não circulante				150.000	150.000

- (i) Em 16 de dezembro de 2024, foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme em vigor, da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021. A emissão foi realizada no montante total de R\$ 150.000 remunerada a CDI + 1,20% a.a. A Garantia prestada foi fiança da Usina Santo Antônio S.A. e Agropecuária Iracema Ltda. As notas comerciais terão prazo de 10 anos, contados da data de emissão que para todos os fins legais é 15 de dezembro de 2024, portanto, vencimento em 15 de dezembro de 2034, sendo as parcelas amortizadas anualmente, sendo a primeira em 15 de dezembro de 2030. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, com o primeiro vencimento em 15 de junho de 2025.

21 Passivo de arrendamento e direito de uso

Os resultados apurados relativos ao direito de uso e passivo de arrendamento, os prazos contratuais e taxas incrementais de desconto utilizadas, estão adiante descritos:

Ativo de direito de uso

A movimentação de saldos do ativo de direito de uso é evidenciada abaixo:

	2026	2025
Saldos iniciais	35.212	49.191
Ajuste por remensuração	(545)	2.373
Despesa de depreciação	(17.533)	(16.352)
Saldos finais	<u>17.134</u>	<u>35.212</u>

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	2026	2025
Saldos iniciais	29.870	42.803
Ajuste por remensuração	(545)	2.373
Pagamentos	(16.170)	(16.462)
Juros provisionados	812	1.156
Saldos finais	<u>13.967</u>	<u>29.870</u>
Circulante	13.858	15.248
Não circulante	109	14.622

Divulgações adicionais

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos.

Contratos por prazo e taxas de desconto

Prazos	Taxa % a.a.
02 anos	5,56%
03 anos	5,79%

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

Ano safra	2026	2025
Safra 2025/2026	-	15.281
Safra 2026/2027	13.858	15.281
Safra 2027/2028	<u>115</u>	<u>126</u>
Valores não descontados	13.973	30.688
Ajuste a valor presente	<u>(6)</u>	<u>(818)</u>
Saldos finais	<u><u>13.967</u></u>	<u><u>29.870</u></u>

22 Demais passivos

	2026	2025
Dividendos a pagar (nota 25)	77	137
Adiantamento de clientes	45	-
Aquisição de ações da Companhia (i)	33.768	43.450
Outros	<u>2.797</u>	<u>2.821</u>
	<u><u>36.687</u></u>	<u><u>46.408</u></u>
Circulante	8.479	9.033
Não circulante	28.208	37.375

- (i) Aquisição de ações de acionistas: Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos, as ações em tesouraria são reconhecidas ao custo de aquisição e reconhecidos em conta redutora do Patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Em conexão com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. – Grupo Econômico Balbo”, aprovada por acionistas em 01 de fevereiro de 2019, a Companhia adquiriu até exercício findo em 31 de março de 2026, ações de alguns acionistas (ações em tesouraria), cujo montante a ser liquidado até 2031 é de R\$ 33.768. Os valores são indexados pela variação do ATR Consecana divulgado ao final de cada safra. Novas transações poderão ocorrer no futuro à medida que haja interesse dos acionistas em vender suas ações para a Companhia nos termos definido na política de compra.

23 Provisão para contingências

	2026	2025
Trabalhistas / civeis	496	496
Tributárias (i)	<u>159.581</u>	<u>143.707</u>
	<u><u>160.077</u></u>	<u><u>144.203</u></u>

- (i) Refere-se a provisão para contingências de natureza tributária relacionada aos depósitos judiciais sobre verba indenizatória recebida (nota 14).

	Trabalhistas / Cíveis	Tributárias	Total
Em 31 de março de 2024	1.328	114.615	115.943
Atualização de provisão		29.348	29.348
Valores não usados, estornados	<u>(832)</u>	<u>(256)</u>	<u>(1.088)</u>
Em 31 de março de 2025	496	143.707	144.203
Atualização de provisão	<u>-</u>	<u>15.874</u>	<u>15.874</u>
Em 31 de março de 2026	<u>496</u>	<u>159.581</u>	<u>160.077</u>

Passivos contingentes

Existem contingências passivas tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Seguem os valores das contingências que foram consideradas pelos assessores jurídicos como possível o risco de perda:

	Trabalhistas	Tributárias / Previdenciárias	Cíveis	Ambientais	Total
Saldos em 31 de março de 2025	6.722	58.531	11.048	11.892	88.193
Saldos em 31 de março de 2026	6.231	56.606	563	5.941	69.341

24 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de risco e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos nos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de treinamento, procedimentos de gestão e procedimentos busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio açúcar e etanol convencional é centrada no relacionamento formalizado com suas controladas e com a Cooperativa. Para os negócios de açúcar e etanol orgânico, levedura e energia elétrica, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto.

De forma geral, os direcionamentos dos negócios são tratados em reuniões da alta direção para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos	Nota	2026	2025
Caixa e equivalentes de caixa	6	324.254	259.609
Contas a receber - Clientes	7	87.277	104.757
Contas a receber - Cooperativa	8	36.008	47.354
Demais ativos	13	9.863	9.709
Instrumentos financeiros derivativos	24	<u>15.921</u>	<u>18.524</u>
		<u>473.323</u>	<u>439.953</u>

Os saldos apresentados acima não apresentam uma concentração significativa que possam deixar o risco de crédito significativo.

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são mantidos em instituições financeiras de primeira linha, conforme demonstrado na nota 6.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir que sempre haja a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2026			
	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos				
Fornecedores	62.928	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	139.585	287.458	173.571	-
Financiamentos - Cooperativa	-	10.999	-	-
Notas comerciais	22.554	42.505	236.903	-
Passivos de arrendamento	13.858	115	-	-
Demais passivos	8.434	11.352	13.544	3.312
	<u>247.359</u>	<u>352.429</u>	<u>424.018</u>	<u>3.312</u>
	2025			
	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos				
Fornecedores	64.743	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	120.408	179.472	76.099	-
Financiamentos - Cooperativa	-	11.297	-	-
Notas comerciais	22.008	43.832	192.536	73.995
Passivos de arrendamento	15.281	15.281	126	-
Demais passivos	9.033	21.617	11.553	4.205
	<u>231.473</u>	<u>271.499</u>	<u>280.314</u>	<u>78.200</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Os saldos passivos de curto prazo serão liquidados com os saldos ativos de curto prazo e pela geração de caixa da Companhia durante o exercício.

Classificação dos instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas na demonstração financeira da Companhia, conforme quadros abaixo:

	2026		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo Nível 2
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	1.959	322.295	322.295
Contas a receber - Clientes	87.277	-	-
Contas a receber - Cooperativa	36.008	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	15.921	15.921
Demais ativos	9.863	-	-
	<u>135.107</u>	<u>338.216</u>	<u>338.216</u>
Passivos			
Fornecedores	62.928	-	-
Empréstimos e financiamentos	486.375	-	440.645
Financiamentos - Cooperativa	10.999	-	-
Notas comerciais	156.594	-	164.973
Passivos de arrendamento	-	13.967	-
Demais passivos	36.642	-	-
	<u>753.538</u>	<u>13.967</u>	<u>605.618</u>
Total			
	<u>135.107</u>	<u>338.216</u>	<u>338.216</u>

	2025		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo Nível 2
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4.987	254.622	254.622
Contas a receber - Clientes	104.757	-	-
Contas a receber - Cooperativa	47.354	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	18.524	18.524
Demais ativos	9.709	-	-
	166.807	273.146	273.146
Total			
	166.807	273.146	273.146
Passivos			
Fornecedores	64.743	-	-
Empréstimos e financiamentos	295.944	-	237.160
Financiamentos - Cooperativa	11.297	-	-
Notas comerciais	155.332	-	164.207
Passivos de arrendamento	-	29.870	-
Demais passivos	46.408	-	-
	573.724	29.870	401.367
Total			
	573.724	29.870	401.367

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco em que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a. Risco de volatilidade no preço de seus produtos

A Companhia está exposta ao risco de mudanças nos preços de seus produtos fabricados, como açúcar, açúcar orgânico, etanol e etanol orgânico. Em relação ao açúcar orgânico, em parte dos recebimentos, opera com *hedge* de proteção cambial para o mercado externo. Em relação à Safra 26/27, a Companhia não realizou fixações e, mantém o constante monitoramento das variações de preços que estão ocorrendo no mercado interno e externo para eventual proteção do valor de seu produto. No mercado interno não temos histórico de perda dos preços praticados. Em relação ao etanol, vem acompanhando os preços no mercado interno e projeta sua recuperação ao longo da safra 26/27. Em relação ao etanol orgânico, há uma demanda identificada e contratada, aliado ao monitoramento de aumento da demanda de álcool orgânico no mercado externo.

b. Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
	2026	2025
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	212.354	10.667
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	322.295	254.622
Passivos financeiros	436.261	446.210

c. Risco de taxa de juros e análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a risco de taxa de juros pós-fixadas, tanto para suas aplicações financeiras como para suas operações de empréstimos e financiamentos.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam a exposição máxima do risco de taxa de juros. A exposição máxima do risco de taxa de juros, na data das demonstrações financeiras são:

	Nota	2026	2025
Ativo			
Aplicações financeiras	6	322.295	254.622
Instrumentos financeiros derivativos ativo	24	15.921	18.524
Passivo			
Empréstimos, financiamentos e notas comerciais	20	(436.261)	(446.210)

Com base no saldo das aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos, efetuamos uma análise de sensibilidade de exposição de taxa de juros e de câmbio, de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir.

O cenário corresponde ao considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras.

	Exposição 2026	Risco	%	Provável valor
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	322.295	CDI	14,94%	48.161
Total dos ativos financeiros	322.295			48.161
Passivos financeiros				
Financiamentos - Finame	(914)	TLP	8,94%	(82)
Financiamentos - Cooperativa	(5.645)	SELIC	14,75%	(833)
Financiamentos – NCE/CPRF/CCE/CCB	(179.988)	CDI	16,11%	(28.996)
Financiamentos – CRA	(93.120)	IPCA	10,43%	(9.715)
Notas comerciais	(156.594)	CDI	16,11%	(25.227)
Financiamentos – Derivativos	15.921	CDI	17,95%	2.858
Total dos passivos financeiros	(420.340)			(61.995)
Impacto no resultado e no PL				(13.834)

Fontes: As informações da Selic, TLP, CDI e IPCA foram extraídas dos sites do BNDES, B3, Anbima e Banco Central do Brasil.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março de 2026, o valor de referência (*notional*) dos contratos de *swap* de taxa de juros correspondiam a R\$ 93.120 (R\$ 125.900 em 31 de março de 2025).

Os instrumentos financeiros derivativos (swaps) contratados têm o objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira de troca da exposição de taxa pré-fixada para taxa CDI flutuante mais spread. Além desta proteção, essa estrutura permite uma otimização do custo de captação.

Em 31 de março de 2026, os valores de referência dos instrumentos derivativos de *swaps* correspondiam a um direito de R\$ 15.921 (em 31 de março de 2025 correspondiam a um direito de R\$ 18.524). Logo, o valor de referência líquido dos contratos de empréstimos que possuem instrumentos de *swaps* vinculados correspondia, em 31 de março de 2026, ao valor de R\$ 77.199 (em 31 de março de 2025 correspondia a R\$ 107.376).

Para os *hedges* de câmbio referente a exportação de açúcar orgânico, os instrumentos financeiros derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de “Termos de Moeda” (NDFs).

	2026		2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contratos <i>SWAP</i>	15.921	-	18.524	-
	15.921	-	18.524	-

O resultado apurado com os instrumentos financeiros derivativos e contratos de *swaps*, durante o exercício foi uma despesa líquida de R\$ 2.386 (em 31 de março de 2025 correspondia a uma despesa líquida de R\$ 5.000) – nota 31.

Gerenciamento do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A política da diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A diretoria monitora os retornos sobre capital com base no índice de alavancagem financeira, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo capital total.

A diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas considerando a posição do endividamento líquido da empresa.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2026 e 2025 podem ser assim sumarizados:

	2026	2025
(+) Empréstimos e financiamentos Cooperativa	497.374	307.241
(+) Notas comerciais	156.594	155.332
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(324.254)	(259.609)
(+/-) Instrumentos financeiros derivativos	(15.921)	(18.524)
(=) Dívida líquida (A)	313.793	184.440
Total do patrimônio líquido (B)	781.882	812.017
Total do capital (A + B)	1.095.675	996.457
Índice de alavancagem financeira - % (A) / (A + B)	29	19

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo versus valor contábil

Para todas as operações apresentadas como ativos e passivos financeiros, a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, não gerando grandes oscilações entre eles.

Impairment de ativos financeiros

Todos os ativos financeiros da Companhia, com exceção dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, não apresentam indicadores de perda do valor recuperável.

Garantias

Para os empréstimos tomados pela Companhia são concedidos como garantias aval de Companhias coligadas e controladas e os bens adquiridos com os recursos.

25 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração da Companhia é composto pela diretoria eleita por ocasião da Assembleia Geral Ordinária com mandato de três anos. O montante referente à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 7.569 (R\$ 8.430 em 31 de março de 2025). A Companhia não concede ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

b. Outras operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas compreendem em transações financeiras, adiantamentos para futuro aumento de capital, compra de ações entre as empresas relacionadas e compra e venda de produtos, como cana-de-açúcar e outros, realizadas em condições específicas definidas em contrato entre as partes.

	2026	2025
Ativo circulante		
Contas a receber		
Usina Santo Antônio S.A.	3	2
Usina Uberaba S.A.	70	101
Adiantamento a fornecedores de cana		
Agropecuária Iracema Ltda.	4.363	19.016
Dividendos a receber		
Agropecuária Iracema Ltda.	-	1.634
Usina Uberaba S.A.	55	111
	<u>4.491</u>	<u>20.864</u>
Ativo não circulante		
Demais ativos		
Native Produtos Orgânicos Com. Imp. Exp. Ltda	360	100
Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1.147	1.147
Dividendos a receber		
Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda.	2.616	2.616
Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1.888	1.944
Adiantamento para futuro aumento de capital		
PHB Industrial S.A.	1.038	2.050
Vicenza Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	119	-
	<u>7.168</u>	<u>7.857</u>
Passivo circulante		
Fornecimento de cana		
Usina Santo Antônio S.A.	41.464	35.614
Acionistas	6.568	13.246
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Acionistas	613	613
Aquisição de ações de acionistas		
Acionistas	5.637	6.216
Dividendos a pagar		
Dividendos a pagar	77	137
Demais contas a pagar		
Usina Uberaba S.A.	-	850
	<u>54.359</u>	<u>56.676</u>
Passivo não circulante		
Aquisição de ações de acionistas		
Acionistas	28.131	37.234
	<u>28.131</u>	<u>37.234</u>

	2026	2025
Vendas de bens, serviços, cana-de-açúcar, bagaço de cana e outros		
Usina Santo Antônio S.A.	4.682	10.975
Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	41	41
Usina Uberaba S.A.	1.249	830
	5.972	11.846
 Compra de bens, serviços, cana-de-açúcar, bagaço de cana e outros		
Usina Santo Antônio S.A.	90.757	80.800
Agropecuária Iracema Ltda.	3.633	5.169
Usina Uberaba S.A.	489	1.713
Cana-de-açúcar partes relacionadas	19.305	16.182
	114.184	103.864

c. Contrato de fornecimento

A Companhia possui contrato de exclusividade de fornecimento de açúcar e etanol convencionais junto a Cooperativa, pelo prazo de 3 anos safras, sendo o contrato renovado a cada safra.

A Companhia também é interveniente garantidora das operações de venda de açúcar e etanol correspondentes ao contrato firmado pela Cooperativa junto a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores CEPEA/ESALQ para os mercados interno e externo.

Vide demais operações com a parte relacionada Cooperativa nas notas 30 e 31.

d. Avais, fianças e garantias

A Companhia é avalista dos contratos de empréstimos da Usina Santo Antônio S.A. e Usina Uberaba S.A.

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2026 e 2025, o capital social está representado por 1.142.235 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 25 de julho de 2025 foi proposto e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 11.103, decorrente de deliberação assemblear.

Em 26 de julho de 2024 foi proposto e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 151.370, decorrente de deliberação assemblear.

b. Ações em tesouraria

Até o exercício encerrado em 31 de março de 2026 foram adquiridas 114.719 ações de acionistas, de acordo com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S/A. e Usina São Francisco S/A – Grupo Econômico Balbo” (Nota 22).

c. Reservas

(i) Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de lucros para aquisição de ações

Constituída com o objetivo de formação de valor para utilização em eventual compra de ações de acionistas da sociedade, em conexão com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. – Grupo Econômico Balbo”, aprovada por acionistas em 01 de fevereiro de 2019. Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2026 e 2026 não foram feitas reservas de lucros para aquisição de ações (Nota 22)

(iii) Reserva reflexa de investida

Subvenções Governamentais relativas ao ICMS incidente sobre as vendas da investida Usina Uberaba S.A.

(iv) Reserva de incentivos fiscais

O montante desta rubrica refere-se aos incentivos fiscais classificados como subvenção para investimentos, também descritos na nota 12 (b), constituídos em atenção aos comandos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e artigo 30 da Lei 12.973/14. Tal reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no período e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social. No período findo em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia não constituiu reserva para incentivos fiscais.

d. Dividendos e distribuição dos lucros acumulados

Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório de 0,5% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Em assembleias dos acionistas realizadas em 25 de julho de 2025 e em 26 de julho de 2024 não foram deliberadas distribuição de dividendos aos acionistas.

A distribuição proposta pela Administração para os lucros acumulados está determinada como segue:

	2026	2025
Base de cálculo - representada pelo resultado líquido do exercício	(30.135)	11.750
(-) Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	30.135	-
(-) Reserva legal – 5%	-	(588)
(-) Dividendos obrigatórios – 0,5%	-	(59)
	-	(59)
Resultado à disposição da Assembleia Geral	-	11.103

O resultado do exercício em 31 de março de 2026, após destinações legais, apresentado na rubrica “Lucro a deliberar”, serão deliberados por ocasião da Assembleia Geral Ordinária aos acionistas a ser realizada no prazo previsto na legislação.

27 Receita operacional líquida

As receitas operacionais da Companhia são compostas pela venda de açúcar, etanol, derivados de levedura para o mercado interno e externo e cana-de-açúcar.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2026	2025
Açúcar orgânico	270.220	370.497
Açúcar	19.350	26.175
Etanol orgânico	121.574	97.459
Etanol	76.624	133.392
Cbios	2.136	3.385
Outros produtos orgânicos	52.338	49.495
Energia elétrica	16.192	10.712
Outras vendas	3.823	5.278
Serviços prestados	5.162	9.108
	<u>567.419</u>	<u>705.501</u>
Receita bruta		
(-) Impostos sobre vendas	(75.122)	(68.839)
(-) Devoluções e abatimentos	(6.382)	(5.637)
	<u>485.915</u>	<u>631.025</u>

28 Custos de produção

O custo de produção da Companhia é composto substancialmente por matéria prima (cana-de-açúcar), depreciação de máquinas e equipamentos e da lavoura, amortização de tratos culturais e de manutenção entressafra, mão de obra, serviços de terceiros, combustíveis, lubrificantes, materiais de manutenção, de embalagem, produtos químicos e insumos, as quais, em conjunto, perfazem aproximadamente 99% do total do custo de produção dos produtos acabados da Companhia.

29 Despesas operacionais por natureza

	2026	2025
Despesa com pessoal	(35.524)	(36.472)
Depreciação e amortização	(512)	(491)
Despesa com comercialização	(55.061)	(64.107)
Serviços prestados por terceiros	(5.390)	(4.962)
Despesas gerais Cooperativa	(2.068)	(3.200)
ICMS Subst. Tributária e outras operações	(5.654)	(3.886)
Outras despesas	(7.596)	(9.738)
	<u>(111.805)</u>	<u>(122.856)</u>
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função		
Vendas	(82.988)	(91.631)
Administrativas e gerais	(28.817)	(31.225)
	<u>(111.805)</u>	<u>(122.856)</u>

30 Outras receitas operacionais, líquidas

	2026	2025
Outras receitas operacionais		
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	9.474	2.072
Outras receitas operacionais - Cooperativa	300	-
Dividendos	97	156
Ganho por variação patrimonial em investida	3.492	1.281
Cbrios a negociar	-	1.183
Receita ação ICMS base de cálculo PIS / COFINS	-	1.789
Ressarcimentos de créditos tributários	201	757
Outras receitas operacionais	394	5.787
	13.958	13.025
Outras despesas operacionais		
Custo na alienação de imobilizado	(8.843)	(1.338)
Outras despesas operacionais - Cooperativa	(99)	(74)
Outras despesas operacionais	(699)	(1.780)
	(9.641)	(3.192)
	4.317	9.833

31 Despesas financeiras e cambiais, líquidas

	2026	2025
Receitas financeiras		
Operações Cooperativa – PN 66	363	131
Juros aplicações financeiras	31.124	13.945
Atualização depósitos judiciais	15.873	29.348
Atualização de aquisição de ações	3.465	-
Juros demais operações e outros	2.157	2.432
	52.982	45.856
Despesas financeiras		
Operações Cooperativa – PN 66	(123)	(492)
Juros apropriados sobre financiamentos	(64.651)	(42.400)
Juros passivos de arrendamento	(812)	(1.156)
Atualização de aquisição de ações	-	(2.176)
Atualização provisão para contingências	(15.873)	(29.348)
Descontos concedidos e outros	(19.542)	(15.042)
Resultado negativo com instrumentos derivativos	(2.386)	(5.000)
	(103.387)	(95.614)
Variação cambial		
Variação cambial, líquida	(5.605)	10.694
	(56.010)	(39.064)

32 Compromissos

A Companhia estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo estão aqueles que merecem destaque:

Compromisso de venda

Na data das demonstrações financeiras a Companhia tem o compromisso de comercialização para safras futuras, de açúcar, etanol e energia elétrica. Em 31 de março de 2026, o volume desses compromissos totaliza aproximadamente 50.242 metros cúbicos de etanol e 12.090 toneladas de açúcar, a serem cumpridos até 31 de março de 2027.

Compras de insumos

A Companhia constantemente celebra contratos de compra para aquisição de insumos agrícolas com o objetivo de garantir a entrega destes para utilização na manutenção de sua lavoura ao longo da safra. Referida operação geralmente é realizada por meio de compra para entrega futura. Até a data da emissão da demonstração financeira havia R\$ 9.425 compras firmadas de insumos agrícolas, como fertilizante, pó calcário, fostato, entre outros para a safra 26/27 e negociações com fornecedores em andamento.

Compras de cana-de-açúcar

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita ao término de tal período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA. Na safra 26/27, entre contratos assumidos e negociações em andamento a estimativa total de cana a ser adquirida de fornecedores é de 515 (mil) toneladas.

Clesio Antonio Balbo
Diretor presidente

Frederico Fontes Balbo
Diretor financeiro

Ranulfo Costa
Gerente de controladoria